

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, julho de 2022, número 175. ISSN 217-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS INDÍGENAS DAS FLORESTAS E PROCESSOS DE RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE PÓS FASCISMO

ARTIGO DO MÊS

AS RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS COMÉRCIOS NO MUNICÍPIO DE PARIPIRANGA-BA

Acesse aqui: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

EVENTOS

VIII Seminário nacional de integração da graduação e pós-graduação em geografia; XXII Semana de geografia; XVII Encontro de estudantes de licenciatura em geografia.

Tema: A ciência geográfica e os dilemas atuais da humanidade: entre guerras e pandemias.
Presidente Prudente, 17 a 21 de outubro de 2022;

XVI Encontro Nacional da Rede DATA LUTA

Praça da Sé, São Paulo, 29 de Novembro a 1 de dezembro de 2022.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Livro: **Geografia**

da Soja III: novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia – Organizadoras: **Júlia Adão Bernardes e Roberta Carvalho Arruzzo**.

Para baixar:

<http://nuclamb.geografia.ufrj.br/geografia-da-soja-iii-novas-fronteiras-da-tecnica-no-vale-do-araguaia/>



Webinar Rede DATA LUTA

Realização: Rede DATA LUTA.

Canal de webinars da Rede DATA LUTA, a rede de grupos de pesquisas em Geografia Agrária mais ampla do Brasil. Confira os vídeos que já estão disponíveis, resultados de seminários virtuais com os mais variados temas!

Para ver:

<https://www.youtube.com/c/REDEDATA LUTA/videos>

PodCast Unesp – Pod Territorial.



Autores: *Vários*

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco

Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br>

EQUIPE:

Revisão, Editoração e Coordenação: Aline Albuquerque Jorge, Bruna Gonçalves Costa, Danilo Valentin Pereira, Eduardo P. Girardi, Gerson Antonio Barbosa Borges, Lara Dalperio Buscioli, Lucas de Brito Wanderley e Wilians Ventura Ferreira Souza.

Leia outros números do **BOLETIM DATA LUTA** em

<https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS INDÍGENAS DAS FLORESTAS E PROCESSOS DE RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE PÓS FASCISMO

Bruna Gonçalves Costa

Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)

Rede DATALUTA

bruna.g.costa@unesp.br

INTRODUÇÃO

As mortes de Dom e Bruno, conflitos com o agronegócio, com construtoras, com o garimpo e grandes empresas de mineração. Um estudo da Fiocruz constatou que quase 60% dos indígenas do povo munduruku da Terra Indígena Sawré Muybu foram expostos a níveis de risco ao mercúrio (BASTA et al., 2021). A morte de duas crianças (meninas) Yanomami. Os ataques à retomada Guarani e Kaiowá. Essas são, infelizmente, somente algumas das consequências do pós-fascismo no Brasil para os povos indígenas.

O pós-fascismo é um conceito que surge para definir esse período em que o mundo experimenta os projetos da direita radical (TRAVESSO, 2021). Esses projetos são cunhados por diferentes sujeitos que ocupam e influenciam os espaços de tomadas de decisão, sob a lógica da racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2014). Seriam as violências cometidas contra os povos das florestas o método para a efetivação desses projetos?

A resposta a esse contexto resulta na luta pela sobrevivência e defesa dos territórios. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é apresentar algumas reflexões iniciais sobre os processos de resistência dos movimentos socioterritoriais indígenas, que são das florestas e que lutam cotidianamente por elas frente ao pós-fascismo.

Partimos das ideias cunhadas por Fernandes (2005), Pedon (2013) e Sobreiro Filho (2016) sobre movimentos socioterritoriais, assim como nos pautamos nas ideias de intelectuais indígenas. Assim, se consideramos o pressuposto de que movimentos socioterritoriais possuem o território como trunfo, precisamos, antes de tudo, identificar quais são os territórios reivindicados. Pesquisas mais recentes, de diferentes áreas do conhecimento, têm adotado em suas abordagens a diferenciação de populações do campo, das cidades, das águas e das florestas. Pressupomos, portanto, que se tratamos de diferentes sujeitos, indissociam-se as particularidades dos territórios e territorialidades que são produzidas pelos mesmos.

Sem arriscar em adentrar em todas as diversidades existentes em tais espaços, adotamos como objeto de estudo desta pesquisa a análise de alguns casos de povos indígenas que lutam pelos territórios das florestas, estejam eles territorializados nas próprias florestas, no campo ou na cidade.

A convergência das pautas de luta dos povos indígenas é identificada mesmo com a mudança de espaço, uma vez que se destacam a defesa pela preservação ambiental, combate à exploração predatória

de recursos naturais e o combate à violência aos povos originários, segundo os dados do DATALUTA Floresta referentes ao ano de 2020.

Ou seja, mesmo com todas as pluralidades étnicas e multiétnicas dos povos indígenas que habitam o Brasil, o pós-fascismo catalisou a constituição de pautas comuns aos originários: desde a demarcação de terras, combate às queimadas e ao desmatamento, defesa de direitos básicos e específicos. Temos assim, a construção de uma identidade coletiva que anseia pelas mesmas conquistas ao tratarmos da escala nacional e que também expressam suas demandas particulares na escala local.

Partindo desse princípio, propomos algumas reflexões para pensar a floresta e os sujeitos que às disputam sob uma perspectiva geográfica em diálogo com as perspectivas indígenas. Por esse caminho acreditamos que podemos nos aproximar teoricamente do que são os movimentos socioterritoriais indígenas e quais são os territórios reivindicados.

TERRITÓRIOS DAS FLORESTAS E TERRITORIALIDADES INDÍGENAS NAS FLORESTAS, NO CAMPO E NAS CIDADES.

São múltiplos os debates feitos sobre o conceito de território na geografia. É comum encontramos discussões sobre territórios do campo e das cidades. Mas o que seriam os territórios das florestas?

O território, atualmente, é um dos mais debatidos entre os pesquisadores da ciência geográfica. Como apresenta Sposito (2004), por muito tempo o território foi (e ainda é) confundido com o conceito de espaço por aqueles que não aprofundaram as leituras sobre o tema. Nesse sentido, adotamos enquanto ponto de partida a análise das concepções de território de Raffestin (1993), Delaney (2005), Fernandes (2008; 2009), Saquet (2007; 2009), Haesbaert (2004).

De acordo com Raffestin (1993), o território é entendido a partir das contribuições de Lefebvre, sobre a produção do espaço. Em síntese, segundo o autor, o território seria um espaço delimitado onde se exercem e se disputam as relações de poder (RAFFESTIN, 1993). Essa compreensão é limitada à dimensão política do território, porém dialoga com grande expressividade em diversas pesquisas que debatem o conceito de território. Exemplo disso se expressa em Haesbaert (2004), que considera os territórios produzidos pela esfera política, porém, apresenta uma nova abordagem do conceito ao discorrer sobre as outras noções territoriais, tais como a cultural e a econômica, acarretando assim, nas multidimensionalidades e multiterritorialidades.

Delaney (2005), por sua vez, entende os territórios enquanto dispositivos comunicativos, a partir de análise das construções sociais, territorialidade e fronteiras (materiais ou imateriais), com a expressão cotidiana das relações de poder. Ideias semelhantes encontramos em Fernandes (2008; 2009), que entende os espaços que governança enquanto território, mas não se limita a eles. Segundo o autor, os territórios são espaços multidimensionais, onde se estabelecem distintas formas de relações de poder através de diferentes atores sociais.

Ao aprofundar o debate, Fernandes (2009, p. 207) propõe a seguinte tipologia de territórios: O primeiro território, que se constitui através dos espaços de governança e que precede a quaisquer outros territórios; o segundo território, por sua vez, é uma fração do primeiro. Ele é configurado pelas propriedades privadas, sejam elas capitalista ou não, comunitárias ou familiares (FERNANDES, 2009, p. 208); o terceiro

território se associa com a ideia de espaço relacional, ou seja, ele pode ser fixo e fluxo, se movimentando a partir das multidimensionalidades e pluriescalaridades, do primeiro e do segundo territórios. Ou seja, o território é multidimensional, pluriescalar, podendo ser fixo e fluxo, onde se estabelecem relações de poder (FERNANDES 2008; 2009).

Outra contribuição instigante é feita por Saquet (2007; 2009), que assim como Fernandes (2009), acredita que os territórios são multidimensionais e multiescalares. Desse modo, Saquet (2007; 2021) enfatiza em suas pesquisas que o território também contém múltiplas territorialidades e que a leitura geográfica deve ser feita sob uma perspectiva descolonial, para lutar contra a hegemonia e dar visibilidade aos povos indígenas, por exemplo, que não são contemplados em abordagens territoriais moldadas sob concepções eurocêntricas (SAQUET, 2021).

Consideramos, ainda, a ideia de que o território:

é utilizado como conceito central na implantação de políticas públicas e privadas nos campos, nas cidades e nas florestas, promovidas por transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais. Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades. Nesse contexto, tanto o conceito de território quanto os territórios passam a ser disputados. Temos então disputas territoriais nos planos material e imaterial. (FERNANDES, 2009, p. 200)

Embora Fernandes (2009) cite os territórios nas florestas, ainda há uma lacuna acerca desse debate na geografia. São diversos os trabalhos que abordam as cidades e os campos, mas quando se trata das florestas, corriqueiramente as abordagens se limitam às questões ambientais e agrárias, por vezes fazendo até confusão entre campo e floresta. Assim, fazemos alguns apontamentos para instigar uma reflexão inicial sobre o que seriam os territórios das florestas em perspectiva multidimensional.

São diferentes apontamentos feitos pelas ciências e pelas diversas instituições da sociedade. Algumas das contribuições que foram feitas acerca das florestas partem daquilo que é delimitado enquanto o espaço de governança, ao qual Fernandes (2009) caracteriza enquanto primeiro território. Um exemplo disso é expresso no Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651). São caracterizadas como florestas as áreas em que predominam a vegetação nativa (sendo natural ou recuperada), as Áreas de Preservação Permanente (APP) e as áreas de Reserva Legal. Nesse sentido, o primeiro ponto a ser considerado diz respeito à transposição das florestas em espaços urbanos e agrários.

Entretanto, as disputas pelas florestas ultrapassam as fronteiras que são delimitadas formalmente. Contribuições iniciais acerca dos conflitos e processos de resistências que envolvem povos das florestas são identificadas em Porto-Gonçalves (2017), Santos (2019), Mota (2015) e Amparo (2012; 2019). Assim, além do aspecto físico da fauna e da flora, deve-se levar em consideração a territorialidade dos povos indígenas com diferentes cosmologias que resistem e lutam cotidianamente em defesa das florestas. Para além de uma perspectiva ambiental, essa abordagem de território é multidimensional, pois também se trata de esferas políticas (ou cosmopolíticas), econômicas, sociais e culturais. Em vista disso, adotamos neste trabalho a expressão território da floresta.

Desde o início da colonização europeia no Brasil, os indígenas encontraram nas florestas o refúgio (BASTOS, 2017). Mas esse refúgio não pode se confundir com o primitivismo ao qual os povos indígenas são

associados de forma pejorativa até a atualidade. Embora muitos encontrem nas cidades e no campo outras oportunidades de lutar pela sobrevivência, as suas cosmologias e a territorialidade da floresta seguem vivas.

Para contribuir nessas reflexões, apresentamos no próximo tópico, uma análise de três terras indígenas que possuem fronteiras com diferentes territórios, sendo um a floresta (em seu conceito estatal), outro o campo e por fim, a cidade. Assim, evidenciamos os processos de resistência no que tange à defesa das florestas e dos sujeitos envolvidos em suas disputas, tendo como base os dados do DATALUTA Floresta.

O MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL INDÍGENA E A LÓGICA-RACIONALIDADE ESPAÇO-TEMPORAL QUE ECOA DAS FLORESTAS

Daniel Munduruku é um dos intelectuais indígenas que se tornou uma referência no debate sobre os movimentos indígenas no Brasil. De acordo com o autor, a década de 1970 representou um importante marco para a organização dos povos indígenas em movimento, tendo em vista os ataques da ditadura militar aos poucos direitos que já tinham sido conquistados pelos povos originários (MUNDURUKU, 2012).

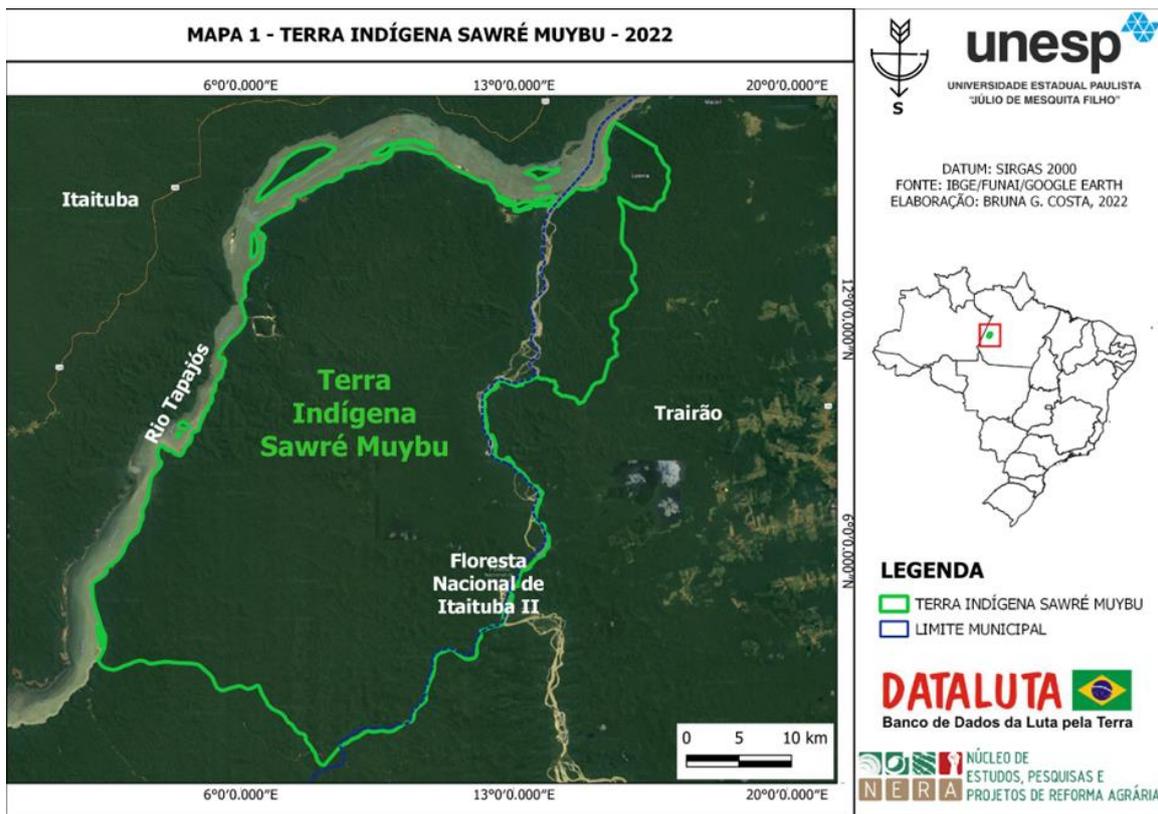
Sobre esse mesmo período, Maria da Glória Gohn, uma das principais autoras sobre o debate dos movimentos sociais já havia identificado no que ela denominou de “Paradigma dos novos movimentos sociais” a presença de “movimentos dos índios” (GOHN, 1997). Em consonância, outros registros foram feitos sobre o movimento indígena, onde a organização de assembleias para discutir e deliberar estratégias de luta foi imprescindível para que os povos indígenas comesçassem a se articular em diferentes escalas na defesa de seus territórios (BRIGHENTI; HECK, 2021).

Essa consciência da identidade coletiva e da articulação de estratégias de mobilização que se adequa ao período vivenciado pode ser compreendida no que Sobreiro Filho (2017) chamou de lógica-racionalidade espaço-temporal. A visibilidade desses sujeitos e a manutenção de seus territórios é um desafio enfrentado desde a invasão europeia no Brasil até o atual período do pós-fascismo. Conseqüentemente, também levamos em consideração que os territórios são o trunfo da luta dos movimentos indígenas, tratamos então de movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2005) indígenas.

Assim, para evidenciar as novas roupagens de ações coletivas (TILLY, 2010) praticadas pelos movimentos socioterritoriais indígenas que emergem segundo a conjuntura, propomos uma análise sobre três terras indígena localizadas em diferentes regiões do e que experienciam diferentes conflitos em suas fronteiras, sendo: 1) A Terra Indígena Sawré Muybu (IDENTIFICADA), localizada na região Norte, no estado do Pará, entre os municípios de Itaituba e Trairão; 2) A Terra Indígena de Dourados (RESERVADA), localizada na região Centro-Oeste, no estado do Mato Grosso do Sul, entre os municípios de Dourados e Itaporã; 3) A Terra Indígena de Jaraguá (DECLARADA) , localizada na região Sudeste, no estado de São Paulo, entre os municípios de São Paulo e Osasco.

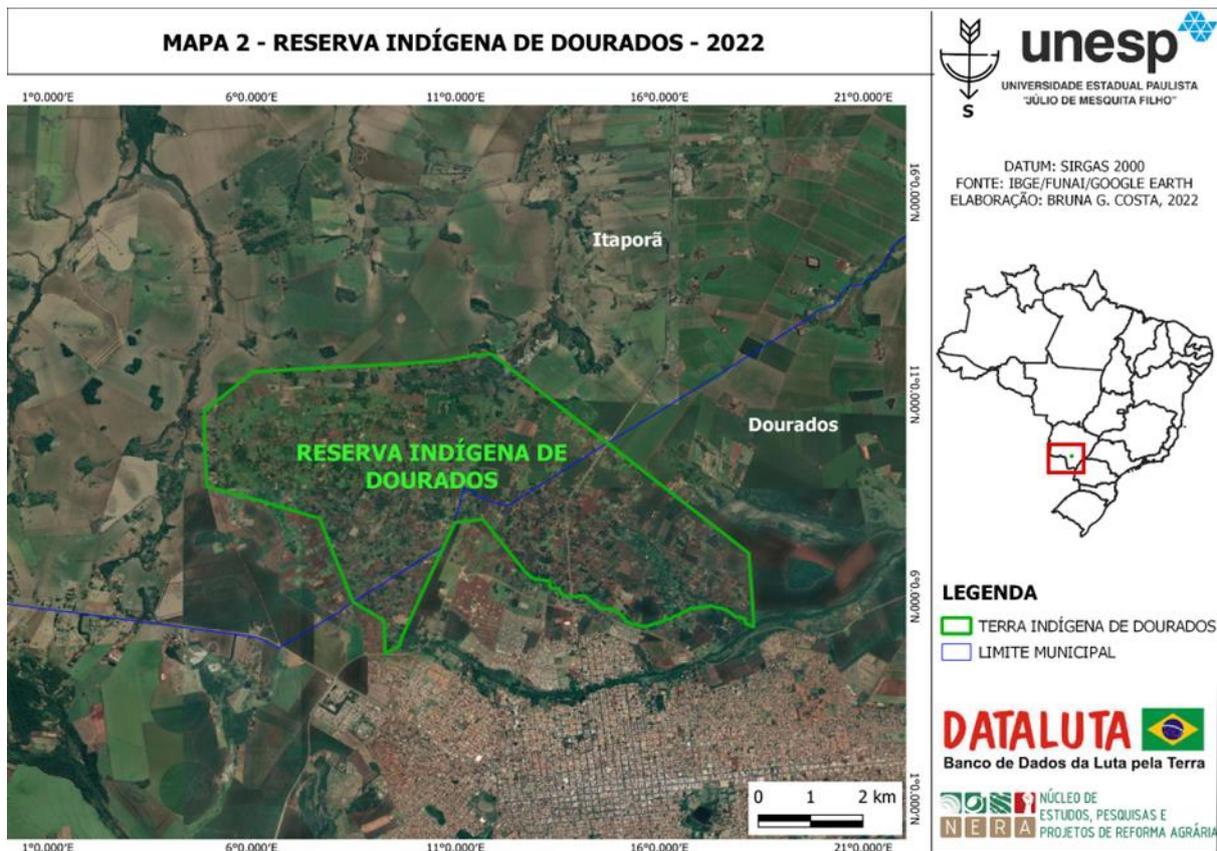
A primeira está sobreposta à Floresta Nacional de Itaituba (Mapa 1), habitada por indígenas da etnia Munduruku. A segunda faz fronteira com grandes projetos do Agronegócio (Mapa 2) e é habitada por povos indígenas das etnias Guarani, Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva e Terena. A terceira está inserida dentro de uma das maiores capitais do país (São Paulo), com uma pequena sobreposição ao município de Osasco (Mapa 3), onde estão povos indígenas das etnias Guarani, Guarani Mbya e Guarani Nandeva . Cada um

desses sujeitos experienciando em seus territórios, dialeticamente, conflitos semelhantes e diferentes neste contexto de pós-fascismo.



De acordo com os dados de 2020 do DATALUTA Floresta, foram praticadas 14 ações do povo Munduruku, da Terra indígena Sawré Muybu (Mapa 1). Destacam-se a abertura de processos judiciais contra racismo institucional praticado por órgãos governamentais aos povos tradicionais, assim como protestos que reivindicam a segurança da terra indígena. Isso porque com a insurgência da pandemia do Coronavírus (COVID-19), aumentaram as invasões de garimpeiros nas florestas, que segundo as denúncias, disseminaram o vírus da doença e provocaram queimadas e desmatamentos na região. Em vista disso, ações como barreiras sanitárias e fiscalização dos territórios também foram essenciais para a defesa da vida e preservação dos territórios.

De modo semelhante, na reserva indígena de Dourados (Mapa 2) os conflitos identificados também estão relacionados, ainda com maior evidência, ao racismo institucional. Com o avanço do agronegócio, a violência policial e o exercício de ausência do Estado na garantia de direitos básicos em tempos de pandemia foram alguns dos principais impactos sofridos pelos povos indígenas. Denúncias, cartas abertas, campanhas e notas de repúdio à essas violências foram as ações mais registradas no DATALUTA Floresta. Ressalta-se, do mesmo modo, atreladas a elas reivindicações contra o desmatamento e as queimadas foram identificadas, representando assim, uma reafirmação da valorização cosmológica que é intrínseco aos modos de vida dos povos originários.



Expressões disso são difundidas em diferentes mobilizações e manifestações culturais, como os rituais e na arte. Na música Resistência Nativa do grupo de rap Brô Mc's, formado por quatro indígenas Guarani Kaiowá, a luta cotidiana de sobrevivência é indissociada da luta pela preservação da floresta:

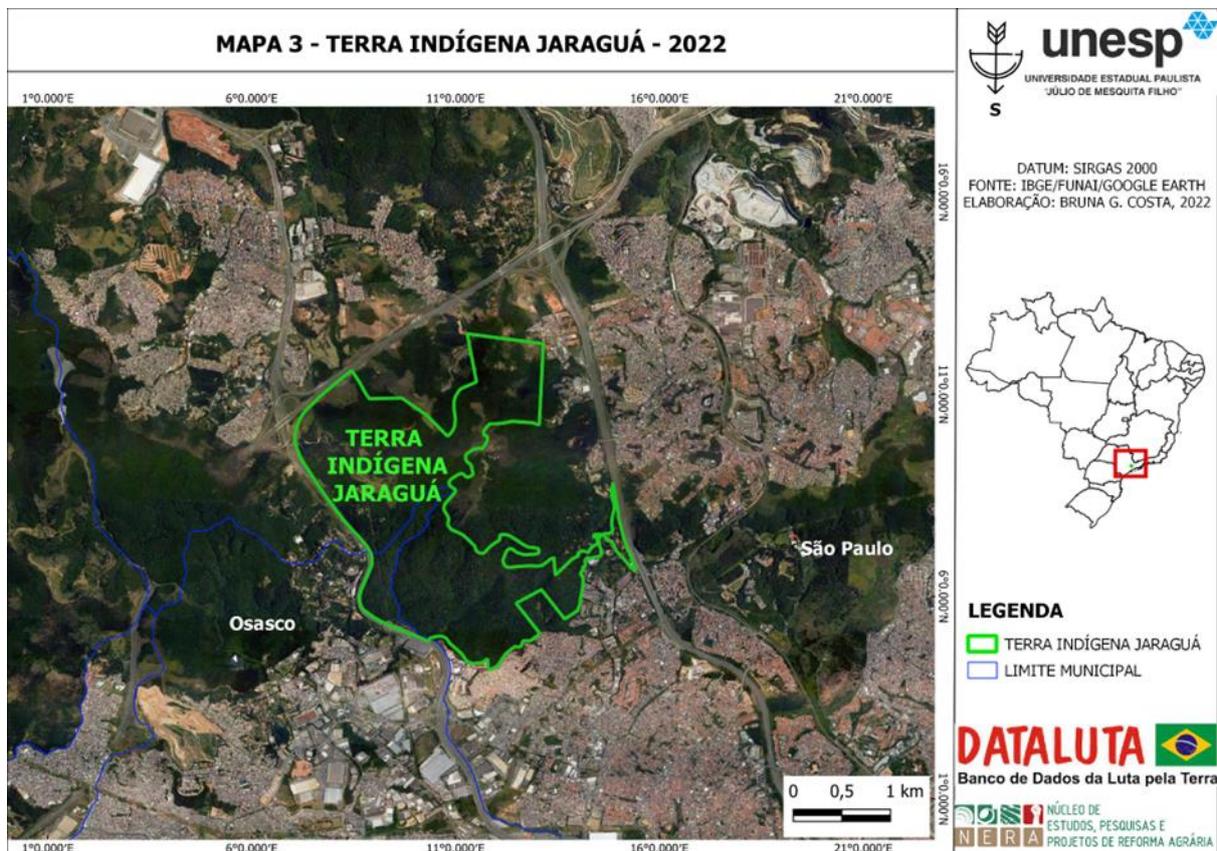
Gostamos de morar no mato, cola junto aliado
muitos nos deixou, mas a luta não acabou,
genocídio continua mas a mídia não mostrou.
Sou Xondaro que restou,
vim falar de amor, eu não sou o promotor
floresta nativa, somos protetor.
(Brô Mcs, resistência nativa)

A valorização e o resgate da ancestralidade é uma das pautas do movimento indígena brasileiro (MUNDURUKU, 2012). Diferentes estudos antropológicos tentam investigar as relações dos povos originários com a natureza, onde destacamos Narby (2018); Pardini (2020); Cunha e Cesarino (2014); e ainda um trabalho jornalístico produzido por Edilson Martins (1979) que se tornou uma das principais referências sobre a diversidade cultural dos povos indígenas no Brasil. Mas tomamos aqui como basilar para compreender a importância das florestas para os povos originários as palavras de Ailton Krenak, um dos maiores porta-voz do movimento indígena brasileiro na atualidade:

Quando os povos originários se referem a um povo como “uma nação que fica de pé”, estão fazendo uma analogia com árvores e florestas. Pensando as florestas como entidades, vastos organismos inteligentes. Nesses momentos, os genes que compartilhamos com as árvores falam conosco e podemos sentir a grandeza das florestas do planeta. Esse sentimento torna a mobilizar pessoas para a ideia, que já ficou banalizada, de proteger as florestas. (KRENAK, 2020, p. 29)

A moradia, a fonte de sustento, instrumento da cultura e dos modos de vida, as florestas são os espaços vitais dos povos indígenas e os territórios reivindicados, independentemente de onde estejam localizados.

Em São Paulo, trazemos o exemplo da Terra Indígena do Jaraguá (Mapa 3). Os registros do DATALUTA Floresta expressam diferentes ações coletivas praticadas na cidade pelos povos indígenas, principalmente devido às disputas encabeçadas pela Construtora Tenda, haja vista a especulação imobiliária na região. As principais pautas dos indígenas da Terra Indígena do Jaraguá identificadas trazem consigo a defesa da Mata Atlântica, um dos biomas mais devastados do Brasil segundo os dados do SOS Mata Atlântica. Protestos, denúncias, bloqueio de acesso e acampamento em espaço público foram algumas das ações praticadas em defesa da preservação ambiental e pelo reconhecimento da Terra Indígena do Jaraguá.



Dentre os desafios enfrentados pelos povos indígenas no Brasil, a associação com o isolamento em áreas de mata fechada para todos os modos de vida dos povos originários faz com que se reproduzam diferentes discursos eurocêntricos que tenta banir e marginalizar as culturas

indígenas dos espaços públicos, sejam na área rural ou nas cidades. Desse modo, em tempos de pós-fascismo as ações coletivas praticadas pelos movimentos socioterritoriais indígenas estão voltadas tanto para as reivindicações que expressam as problemáticas locais, quanto aquelas que estão atreladas a problemas da política nacional, como a paralisação das demarcações de terras, o descaso com a preservação ambiental e garantia de direitos básicos aos povos tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS?

As cosmologias dos povos originários ainda são uma incógnita para as ciências. Os desdobramentos disso talvez se expressem na nossa ignorância para compreender as racionalidades e as intencionalidades que disputam os territórios das florestas. Alguns consensos populares por vezes caem na armadilha da reprodução dos preconceitos em associar os povos indígenas à selvageria, mas também se contradizem no reconhecimento desses sujeitos enquanto os “guardiões das florestas”.

As florestas, habitadas por diferentes formas de vida, são tão complexas quanto os sujeitos que as produzem e que são produzidas por elas. A resistência nas florestas e pelas florestas é parte da realidade e não podemos negá-la! No dia-a-dia ou em um protesto em via pública, o que seriam as pinturas, os adornos e os objetos carregados nos corpos indígenas (feitos com penas, frutos, sementes, madeiras, folhas e seivas) se não uma extensão dos territórios e suas territorialidades?

Acreditamos não ser possível uma consideração final sobre essa temática. Então reafirmamos que nossa proposta com esse trabalho foi apontar algumas considerações iniciais para refletir os territórios das florestas sob uma perspectiva geográfica, tomando como base as vozes que resistem, parentes do sangue que foi derramado pelos interesses da hegemonia.

REFERÊNCIAS

AMPARO, Sandoval dos Santos. **Da ordem cósmica à desordem territorial: a geograficidade ameríndia no chão de abya yala ou América Latina**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) - PPGeo, Niterói, 2019.

BASTOS, C. B. Demarcações de limites e circulações nas fronteiras da Amazônia ibérica (c.1780-c.1790). **Revista Maracanã**, n.16, p. 147-168, jan/jun 2017

BRIGHENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio (Org). **O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021.

BASTA, P.C.; VIANA, P.V.d.S.; VASCONCELLOS, A.C.S.d.; Périssé, A.R.S.; Hofer, C.B.; PAIVA, N.S.; KEMPTON, J.W.; CIAMPI DE ANDRADE, D.; et al. Mercury Exposure in Munduruku

Indigenous Communities from Brazilian Amazon: Methodological Background and an Overview of the Principal Results. *Int. J. Environ. Res. Public Health* 2021, 18, 9222. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph18179222>. Acesso em: 1 ago. 2022.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; CESARINO, Pedro de Niemeyer. (orgs.). **Políticas culturais e povos indígenas**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

DELANEY, David. **Territory**: a short introduction. Pondicherry: Blackwell, 2005.

FERNANDES, Bernardo M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (orgs.). **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. SP: Expressão popular, 2009, p. 197-216

FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 14-34, jan-jun. 2005.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MARTINS, Edilson. **Nossos índios, nossos mortos**: reportagens, entrevistas, artigos. 2. ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá**: diferenças geográficas e as lutas pela Descolonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha - Dourados MS. 311 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"; Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015

MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990). São Paulo: Editora paulinas, 2012.

NARBY, Jeremy. **A serpente cósmica**: o DNA e a origem do saber. Rio de Janeiro: Dantes, 2018.

PARDINI, Patrick. Amazônia indígena: a floresta como sujeito. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* [online]. 2020, v. 15, n. 1

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. SP: Ática, 1993 (1980).

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (orgs.). **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. SP: Expressão popular, 2009, p. 197-216

SAQUET, M. A. Uma Geografia (I)Material Voltada Para A Práxis Territorial Popular e Descolonial. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 57, p. 54–78, 2021. DOI: 10.47946/rnera.v0i57.8497. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8497>. Acesso em: 1 ago. 2022.

SOBREIRO FILHO, J. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics**: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-

temporal no Brasil e Argentina. 440 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2016.

TILLY, Charles. LESLEY, J. Wood. **Movimientos sociales 1768-2008**: desde de su orígenes a Facebook. Barcelona: Editorial Crítica, 2010.